

PESQUISADORES INDÍGENAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: DA LICENCIATURA AO MESTRADO

INDIGENOUS RESEARCHERS IN SOCIAL SCIENCES: FROM BACHELOR'S DEGREE TO MASTER'S DEGREE

INVESTIGADORES INDÍGENAS EN CIENCIAS SOCIALES: DE LA LICENCIATURA A LA MAESTRÍA

Kátia Karine Duarte da Silva¹

DOI: 10.54899/dcs.v22i83.3418

Recibido: 21/09/2025 | Aceptado: 23/09/2025 | Publicación en línea: 02/10/2025.

RESUMO

O presente artigo apresenta as trajetórias e produções de pesquisadores antropólogos da etnia Kaiowá no campo das Ciências Sociais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem como referência os Estudos Culturais e as abordagens decoloniais. Neste sentido, dois posicionamentos que se colocam como importantes no estudo: a interculturalidade crítica, proposta por Walsh (2012), e o pensamento fronteiriço, formulado por Mignolo (2017). Analisaram-se duas dissertações do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A primeira, de autoria da antropóloga Kaiowá Lúcia Pereira (2020), intitula-se “As políticas públicas para a saúde indígena e a política de saúde das mulheres kaiowá da reserva de Amambai–MS: aproximações e impasse”. A segunda, produzida por Celuniel Aquino Valiente (2019), também pesquisador da etnia Kaiowá, tem como título “Modos de produção do coletivo Kaiowá na situação atual da reserva Amambai–MS”. As leituras apontam para uma possibilidade outra de pesquisa, que rompa com o caráter monocultural das Ciências Sociais e da antropologia colonizadora.

Palavras-chave: Pesquisadores Indígenas. Ciências Sociais. Interculturalidade Crítica. Ensino Superior. Pós-Graduação.

ABSTRACT

This article presents the trajectories and productions of anthropological researchers of the Kaiowá ethnic group in the field of social sciences. This bibliographical research draws on cultural studies and decolonial approaches. In this sense, two positions are important in the study: critical interculturality, proposed by Walsh (2012), and border thinking, formulated by Mignolo (2017). Two dissertations from the Graduate Program in Anthropology at the Federal University of Grande Dourados (UFGD) were analyzed. The first, authored by Kaiowá anthropologist Lúcia Pereira (2020), is entitled "Public Policies for Indigenous Health and the Health Policy of Kaiowá Women on the Amambai Reservation, Mato Grosso do Sul: Approaches and Impasse." The second, produced by Celuniel Aquino Valiente (2019), also a researcher of the Kaiowá ethnic

¹ Doutoranda em Educação, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, Mato Grosso, Brasil.
E-mail: katiakarine@gmail.com_Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1141-3607>

group, is titled "Modes of Production of the Kaiowá Collective in the Current Situation of the Amambai Reserve, Mato Grosso do Sul." The readings point to a different research possibility, one that breaks with the monocultural character of the social sciences and colonizing anthropology.

Keywords: Indigenous Researchers. Social Sciences. Critical Interculturality. Higher Education. Postgraduate Studies.

RESUMEN

Este artículo presenta las trayectorias y producciones de investigadores antropológicos del grupo étnico Kaiowá en el campo de las Ciencias Sociales. Esta investigación bibliográfica utiliza como referencia los Estudios Culturales y los enfoques decoloniales. En este sentido, dos posturas son importantes en el estudio: la interculturalidad crítica, propuesta por Walsh (2012), y el pensamiento fronterizo, formulado por Mignolo (2017). Se analizaron dos tesis del Programa de Posgrado en Antropología de la Universidad Federal de Grande Dourados (UFGD). La primera, de la antropóloga Kaiowá Lúcia Pereira (2020), se titula "Políticas Públicas de Salud Indígena y la Política de Salud de las Mujeres Kaiowá en la Reserva Amambai, Mato Grosso do Sul: Aproximaciones e Impasses". El segundo, producido por Celuniel Aquino Valiente (2019), también investigador del grupo étnico Kaiowá, se titula "Modos de Producción del Colectivo Kaiowá en la Situación Actual de la Reserva Amambai, Mato Grosso do Sul". Las lecturas apuntan a otra posibilidad de investigación, una que rompe con el carácter monocultural de las Ciencias Sociales y la antropología colonizadora.

Palabras clave: Investigadores Indígenas. Ciencias Sociales. Interculturalidad Crítica. Educación Superior. Estudios de Posgrado.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

As trajetórias de pesquisadores indígenas nas pesquisas em Ciências Sociais consistem em uma importante contribuição para (re) pensar, (re) significar e reconhecer outras epistemologias que possam contribuir para os cânones das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). Com a entrada dos povos indígenas na universidade e nos cursos de pós-graduação, tem sido possível pensar em outras possibilidades para a referida área do conhecimento e questionar o pensamento único e “universal”.

O objetivo do presente artigo é evidenciar trajetórias da graduação, pós-graduação e suas produções acadêmicas nas Ciências Sociais de pesquisadores indígenas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem como referência os Estudos Culturais e decoloniais. Os resultados apontam outras possibilidades de conhecimentos em Ciências Sociais e de uma Antropologia

Kaiowá.

Para tanto, foram analisadas duas dissertações do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A primeira, de autoria da antropóloga Kaiowá Lúcia Pereira (2020), intitula-se “As políticas públicas para a saúde indígena e a política de saúde das mulheres kaiowá da reserva de Amambai–MS: aproximações e impasse”. A segunda, produzida por Celuniel Aquino Valiente (2019), também pesquisador da etnia Kaiowá, tem como título “Modos de produção do coletivo Kaiowá na situação atual da reserva Amambai–MS”.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo pauta-se na perspectiva dos Estudos Culturais e da decolonialidade do saber. Para isso, recorro a dois posicionamentos que se colocam como importantes para a análise: a interculturalidade crítica, proposta por Walsh (2012), e o pensamento fronteiriço, formulado por Mignolo (2017). Ambos os autores contestam a exclusão e a subalternização ontológica e epistemológica dos diferentes grupos historicamente racializados na modernidade, contribuindo, assim, para a apreensão da epistemologia Kaiowá no campo das Ciências Sociais.

A lógica da racialização, moderna-ocidental, consolidou-se no século XIX, pautada em duas dimensões: a ontológica e a epistêmica (Mignolo, 2017). Seu propósito foi classificar e inferiorizar as línguas que não fossem ocidentais modernas e “[...] manter assim o privilégio enunciativo das instituições, os homens e as categorias do pensamento do Renascimento e a Ilustração europeias” (Mignolo, 2017, p. 17-18).

A sociedade ocidental privilegia um certo tipo de conhecimento sobre outros, naturaliza as diferenças e oculta as desigualdades que estruturam e mantêm o poder. Nesse contexto, a interculturalidade crítica apresenta-se como um posicionamento outro, que se preocupa e ocupa com seres e saberes de resistência, insurgência e oposição. Trata-se de uma perspectiva que “olha” para aqueles e aquelas que persistem, apesar da desumanização e subordinação (Walsh, 2012).

O pensamento fronteiriço busca um “afastamento” da epistemologia moderna ocidental, que se pretendeu universal, para considerar os conhecimentos que surgem nas histórias locais. Como destaca Mignolo (2013, p. 129-130, grifo nosso),

definirei minha própria conceitualização de pensamento fronteiriço (gnose fronteiriça ou epistemologia fronteiriça). Ao fazê-lo, não estou tentando encontrar o conceito único e correto que “capte a coisa”, um significante vazio (dominante) que abrange toda a diversidade de particularidades. Isso iria contra minha própria concepção de pensamento fronteiriço [...]. Minha concepção de pensamento fronteiriço não emerge de uma genealogia conceitual universal [...], mas parte das *histórias locais* dos legados espanhóis na América.

Compreende-se os pesquisadores indígenas como sujeitos não hegemônicos que, ao acessarem a universidade, possibilitam ressignificar esse espaço a partir de seus próprios conhecimentos e modos de vida. Para Backes (2022, p. 2), podemos entender por sujeitos não hegemônicos aqueles que não possuem as características que a epistemologia ocidental impôs como referência para pensar o ser humano e a sociedade (Backes, 2022).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que recorreu as fontes bibliográficas. Foram eleitas duas dissertações do Mestrado em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A primeira foi escrita pela antropóloga Kaiowá Lúcia Pereira (2020), que trata do tema “As políticas públicas para a saúde indígena e a política de saúde das mulheres kaiowá da reserva de Amambai–MS: aproximações e impasse”. A segunda dissertação apresentada foi produzida por Celuniel Aquino Valiente (2019), também pesquisador da etnia Kaiowá, tem como título: “Modos de produção do coletivo Kaiowá na situação atual da reserva Amambai–MS”.

Realizou-se a leitura e análise, com recorte na introdução, nas suas trajetórias e suas propostas de pesquisa. As considerações sobre o texto trata-se de um esforço teórico-metodológico pautado nos Estudos Culturais e Estudos decoloniais que busca aproximar-se das epistemologias indígenas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerações Sobre o Campo de Pesquisa

Neste tópico, são apresentadas as duas instituições de ensino superior que fizeram parte da trajetória acadêmica de Lúcia Pereira e Celuniel Aquino Valiente. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

localizam-se na região sul do estado, próximas a territórios dos povos das etnias Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandéva. Nessas instituições, há uma significativa presença dos povos indígenas na Faculdade Intercultural Indígena (Faind/UFGD), localizada em Dourados, e na UEMS, situada na cidade de Amambai, notadamente nos cursos de Ciências Sociais, História e, mais recentemente, no curso de Pedagogia intercultural, cuja primeira turma foi iniciada em 2023.

A cidades de Amambai e Dourados são vizinhas, desta forma, as trajetórias dos pesquisadores estudados nesse artigo, partem de uma interlocução entre o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFGD e o curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UEMS. Essa questão fica evidente, sobretudo, quando olhamos a composição das bancas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e de dissertações, que contam com participantes de ambas as instituições. Esse diálogo entre os professores-pesquisadores, que atuam de forma conjunta nos programas, contribui para que os egressos do curso da UEMS tenham acesso aos programas de mestrado da UFGD, principalmente ao de antropologia.

A Licenciatura em Ciências Sociais da UEMS foi criada e implantada no ano de 2008, na cidade de Amambai-MS, com oferta anual de 40 vagas e aulas no período noturno. Na época de sua criação, a proposta não se dava a partir de um currículo intercultural. No entanto, com a chegada gradativa de estudantes indígenas na instituição, esse quadro começou a se transformar, colocando para a instituição o desafio de repensar sua proposta de formação. Em 2017, o seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC) foi reformulado, passando a dar ênfase à interculturalidade, considerando a presença dos povos indígenas na instituição. De acordo com o documento,

é importante ressaltar que a interdisciplinaridade deve se ocupar, também, dos conhecimentos tradicionais que chegam à universidade através das políticas de expansão de suas fronteiras, agregando a ela setores populacionais até então excluídos, como os povos indígenas, levando ao caminho da interdisciplinaridade (UEMS, 2017, recurso online).

O texto do PPC demonstra uma proximidade com a perspectiva intercultural crítica e decolonial, ao reconhecer a pluralidade epistêmica dos diferentes grupos sociais, como os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e sua chegada na universidade. Concordamos com Candau (2020, p. 681), ao afirmar que, nesse processo de construção de uma perspectiva intercultural, é fundamental “[...] reconhecer esta realidade e promover processos de (re)construção de conhecimentos outros [...]”. Daí a importância de se mobilizar novas perspectivas para se conceber e desenvolver os currículos universitários e escolares.

É possível afirmar que o curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UEMS foi o

primeiro a formar professores das etnias Guarani e Kaiowá para a docência em Sociologia na educação básica em MS. Nesse sentido, é importante destacar que se trata de um curso de formação de professores, concebido no contexto de introdução da Sociologia no ensino médio, a partir da Lei nº 11.684/2008. De acordo com Bodart, Azevedo e Tavares (2020, p. 217), “após a reintrodução da Sociologia no currículo da escola básica em diversos estados brasileiros, o diretor de Educação Básica Presencial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)/Ministério da Educação (MEC), em 2007, mostrava-se preocupado com a escassez de professores de Sociologia [...]”. Em Mato Grosso do Sul, essa preocupação não foi diferente, o que possivelmente impulsionou a criação de cursos voltados para a formação de professores na área, por iniciativa das universidades.

Na UFGD, foram realizados dois projetos para a criação do curso de Ciências Sociais. O primeiro, em 2003, era focado no bacharelado e, com o retorno da Sociologia no ensino médio, foi reformulado em 2009, passando a ofertar também a licenciatura (UFGD, 2016). A instituição foi a primeira do estado a implementar os programas de pós-graduação em Antropologia, em 2010, e em Sociologia, em 2013, ambos em nível de mestrado. Mais recentemente, no ano de 2024, tornou-se também a primeira instituição a implementar os programas de doutorado nas respectivas áreas de conhecimento.

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFGD foi criado em 2012 e, conforme a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (Cepec) nº 922, de 22 de fevereiro de 2024, “[...] forma profissionais aptos técnica e cientificamente para o exercício da atividade antropológica” (UFGD, 2024, p. 44). O programa possui duas linhas de pesquisa. A primeira, intitulada “(De) colonialidade, Interseccionalidades e fronteiras”, dedica-se a temas relacionados aos diferentes marcadores sociais das diferenças “[...] e suas relações com (de) colonialidades, interseccionalidades e fronteiras [...]” (UFGD, 2023, recurso online), geográficas, culturais, linguísticas, econômicas e simbólicas, com ênfase no estado de Mato Grosso do Sul e nas regiões platinas adjacentes. A segunda linha, “Etnologia indígena”, tem como interesse “[...] descrever e analisar as relações e transformações sul-americanas” (UFGD, 2023, recurso online).

A presença dos povos indígenas no ensino superior tem possibilitado uma crescente busca de inserção na pós-graduação. Para Bergamaschi (2014, p. 19), esse crescimento se deu a partir das políticas públicas governamentais e, sobretudo, das ações dos movimentos sociais dos povos indígenas, que, de acordo com a pesquisadora, “[...] elegeram o ensino superior como um espaço

de afirmação e as universidades como aliadas, na perspectiva de um possível empoderamento”.

Entre as ações governamentais, podemos citar a Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que garantiu a reserva de 50% das vagas nas universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio para pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e alunos do ensino público. A UEMS já havia sido pioneira no estado a ofertar cotas para indígenas e negros nos anos de 2002 e 2003 (Cordeiro, 2021).

A inserção dos Guarani e Kaiowá nas instituições de ensino superior do Mato Grosso do Sul se soma aos contínuos esforços de produção da vida social e política (Cariaga, 2021). Dessa forma, falar sobre o aumento da presença dos estudantes indígenas na UFGD e na UEMS implica fazer uma leitura na perspectiva das

transformações históricas e políticas sobre os modos como os Kaiowá e os Guarani fazem e desfazem relações com saberes, poderes e tecnologias de seus outros, investindo em criar outros e novos modos de (r)existência em um contexto de vida marcado pela intensificação da presença dos brancos (karai) (Cariaga, 2021, p. 80).

Nesse contexto, a juventude Guarani e Kaiowá tem protagonizado ações em defesa e ampliação de seus direitos. No curso de Licenciatura em Ciências Sociais, por exemplo, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), desenvolvido em uma escola indígena da aldeia Amambai-MS, possibilitou projetos que fortaleceram a relação entre universidade e comunidade. Essa iniciativa contribuiu para que outros jovens também se encaminhassem para o ensino superior (Silvestre; Ferreira, 2021). A divulgação de seus direitos dentro de seus territórios, bem como a mobilização por melhorias nas universidades, tem marcado a trajetória de muitos estudantes, sendo o movimento estudantil indígena o principal protagonista dessas lutas (Silvestre; Ferreira, 2021).

Terra Indígena (TI) Amambai-Guapoy

Os pesquisadores indígenas são residentes da Terra Indígena Amambai-Guapoy, demarcada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no ano de 1915. Na referida comunidade, estão presentes, de forma mais predominante, os grupos Guarani, Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva (Terras Indígenas no Brasil, 2025).

De acordo com Tonico Benites (2014), esses subgrupos são remanescentes do tronco Tupi-Guarani. Portanto, existe uma diversidade de subgrupos que apresentam categorias étnicas

diferenciadas. Segundo o mesmo autor, a literatura antropológica os considera como agricultores, religiosos/rezadores e guerreiros. Em relação ao percentual de população indígena residentes na região sul do estado de MS, Tônico Benites (2014, p. 10) destaca que

os povos indígenas do atual Cone Sul de Mato Grosso do Sul formam uma população de, aproximadamente, 46.000 indivíduos, que pertencem às etnias Guarani Kaiowá; 60% dessa população são jovens, a maior parte está distribuída em oito aldeias ou postos indígenas (demarcadas pelo Serviço de Proteção aos Índios entre 1915 e 1928); outra parcela da população Guarani e Kaiowá está assentada em 22 terras indígenas reocupadas pelos próprios indígenas, as quais se encontram identificadas e demarcadas ou em processo de regularização [...].

Brand (2016) compreende esse processo histórico de concentração dos povos Guarani/Kaiowá em reservas como um processo de confinamento geográfico e cultural, iniciado em 1928 com a destruição de aldeias para a implantação de fazendas de gados. Esse processo se acentuou na década de 1970, com o avanço da lavoura em territórios tradicionais. O confinamento interferiu no modo de viver indígena, no que tange ao território e territorialidade.

De acordo com Silvestre, Rossato e Crespe (2022), os Guarani e Kaiowá, ao falarem de seus territórios tradicionais – o Tekoha –, afirmam que as terras são suas, porque lá seus pais nasceram e seus anciãos estão enterrados, o que legitima suas lutas históricas em defesa de seus modos próprios de vida. Conforme destacam as pesquisadoras, “[...] Tekoha é a palavra em língua guarani que agrega: teko = modo de vida; ha = sufixo de lugar; lugar onde praticamos nosso modo de vida” (Silvestre; Rossato; Crespe, 2022, p. 69).

No atual contexto, a aldeia Amambai encontra-se envolta por plantações da monocultura de soja e milho. As grandes lavouras recorrem ao uso constante de agrotóxicos, que mudam as paisagens e contaminam o solo e o ar, afetando os direitos sócio-ambientais dos povos originários.

“Kaiowalogizar” as Ciências Sociais

Nesta parte do artigo, abordamos a trajetória de Lúcia Pereira e Celuniel Aquino Valiente, bem como suas contribuições de pesquisa, com recorte de leitura centrado na introdução de suas dissertações de mestrado em antropologia, em suas autobiografias e nas propostas de pesquisa. Não se trata de um estudo comparativo, mas de uma apresentação introdutória de seus trabalhos e de uma interlocução com os estudos culturais e decoloniais.

Primeiramente, é importante destacar que ambos os pesquisadores se identificam como pertencentes à etnia Kaiowá. De acordo com o antropólogo indígena Tonico Benites (2014), a literatura antropológica refere-se às etnias do sul de MS, como os Guarani-Kaiowá e os Guarani-Ñandéva. Contudo, Tonico Benites (2014) destaca que, apesar de esses grupos terem aspectos culturais e organização social em comum, os Guarani-Kaiowá não se reconhecem como Guarani, mas apenas como Kaiowá, enquanto os Guarani-Ñandéva se identificam como Guarani. Assim, neste texto, optamos por usar a denominação enunciada pelos próprios pesquisadores, ou seja, Kaiowá.

Iniciaremos com a trajetória da pesquisadora Kaiowá Lúcia Pereira, que ingressou no curso de Licenciatura em Ciências Sociais (UEMS) no ano 2013, concluindo-o em 2017. Em sua autoetnografia, ela se apresenta como,

[...] mulher indígena, moradora da reserva de Amambai, meus pais pertencem à etnia kaiowá, sempre estudei na escola indígena, *desde as séries iniciais até a conclusão do Ensino Médio. Na reserva tem três escolas frequentadas pelos indígenas: a da Missão Evangélica Caiuá, a Escola Municipal Polo Indígena Mbo'eroy Guarani Kaiowá, e a Escola Estadual Mbo'eroy Guarani Kaiowá. Frequentei todas elas* na minha trajetória como estudante. Assim que conclui o Ensino Médio, em 2010, passei dois anos parada, não sabendo o que fazer, e não tinha ideia de como era a Universidade, e o que ela ofertava. *Fiz o Enem em 2012 e ingressei no curso de Ciências Sociais, através do Programa de Ações Afirmativas – Cotas para indígenas e negros.* Iniciei o curso em 2013 e concluí em 2017 (Pereira, 2020, p. 17, grifos nossos).

É possível perceber, na autoetnografia, a intersecção entre marcadores sociais da diferença que atravessam sua trajetória, como raça/etnia e gênero. Assim como as mulheres negras, as mulheres indígenas são discriminadas duas vezes: uma por ser mulher e outra por ser indígena (Aguiar, 2007). A interseccionalidade, como ferramenta analítica, possibilita ir além de uma compreensão da desigualdade social sob o viés exclusivo de raça ou classe. Pelo contrário, compreende-se que a desigualdade ocorre por meio das interações entre diferentes categorias de poder (Collins; Bilge, 2020).

Em sua trajetória escolar, Pereira estudou nas três escolas da aldeia, entre elas a da Missão Evangélica² Caiuá – Escola Mitã Rory. Desde sua origem, essas escolas tornaram-se espaços privilegiados para atender aos novos modos de produção e de imposição de disciplinamento dos costumes e do trabalho das populações Guarani e Kaiowá (Lourenço, 2010). Conforme destaca

² A Missão Evangélica Caiuá “é uma agência missionária criada em 28 de agosto em 1928. É sustentada por recursos das igrejas Presbiteriana do Brasil (IPB), Presbiteriana Independente do Brasil (IPI) e Presbiteriana Indígena do Brasil (IIPB)” (Mitã Rory, 2025, recurso online).

a historiadora Lourenço (2010, p. 135), aos religiosos cabia “[...] a grande ‘missão’ salvadora de tão ‘pobres criaturas’, condenadas que estavam à ‘miséria humana e espiritual’, com costumes ‘insalubres e primitivos’”. Ressalta-se que essa fala aponta para o marcador de classe social, que se cruza com o de raça/etnia. Essas escolas foram pensadas para cumprir um papel “civilizador” e assegurar o funcionamento do modelo econômico dentro de uma sociedade estruturalmente racista.

O ingresso da pesquisadora na universidade se deu via “programa de ações afirmativas da UEMS”, e ela foi bolsista do Pibid. Esses dois programas governamentais têm contribuído para o acesso e a permanência dos estudantes indígenas na universidade. O tema do seu TCC foi “Saberes de Mulheres na reserva indígena de Amambai aldeia Guapoy”, publicado em 2017, que teve continuidade na pós-graduação, como veremos a seguir.

Pereira ingressou no Mestrado em Antropologia na UFGD no ano de 2018. Em seu relato, ela compartilha as dificuldades enfrentadas durante o processo de deslocamento de uma cidade para outra. Passou por dificuldades financeiras e não tinha dinheiro para pagar a passagem de ônibus. Para arcar com os custos, recorria à venda de seu artesanato. Em suas palavras, “[...] toda semana era desesperador, a vontade de desistir apareceu várias vezes” (Pereira, 2020, p. 24).

No trajeto entre as cidades de Amambai e Dourados, a estudante relata ter vivenciado preconceitos étnico-racial dentro do ônibus, praticada por estudantes não indígenas, o relato está em sua dissertação. Hall (1996) explica que as práticas racistas podem apresentar mecanismos gerais comuns em nível mundial, mas que o racismo se caracteriza por uma história específica que influencia sua dinâmica e seus efeitos reais em cada sociedade de forma particular. Por isso, é mais apropriado falar em *racismos*, no plural.

No caso dos povos Guarani e Kaiowá, falar de racismo é também falar de genocídio e etnocídio de forma ambivalente. Como destaca a ativista indígena guarani, psicóloga e escritora Núñez (2022, p. 56), “[...] não há como um genocídio indígena não ser também etnocida [...] justamente porque nossa cultura, línguas, costumes e modos de vida não são apenas nossa cultura apartada de quem somos, mas é nossa própria identidade, é nossa vida”.

Os racismos contra os povos originários estão atrelados ao projeto colonizador do país e pautados na *colonialidade* de poder, perpetuada nas relações sociais. Para Quijano (2005, p. 118), o conceito de raça, criado no processo de colonização, significou “[...] uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/ inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de

dominação social universal [...]”.

No mestrado em antropologia, Lúcia Pereira dissertou sobre “As políticas públicas para a saúde indígena e a política de saúde das mulheres kaiowá da reserva de Amambai–MS: aproximações e impasses”, sob a orientação do Antropólogo Levi Marques Pereira (UFGD). Segundo a pesquisadora, seu encontro com o tema se deu a partir da sua trajetória acadêmica, de suas vivências em seu território e dos saberes indígenas ali produzidos, sobretudo quanto à “[...] importância atribuída pelos Kaiowá e Guarani à valorização cultural, de diálogos com as parteiras — jarýi ou jari” (Pereira, 2020, p. 13). Além disso, a pesquisadora menciona as conversas com os profissionais de saúde de sua comunidade, como elemento importante na construção de sua investigação.

A antropóloga indígena evidencia que sua ideia de pesquisa foi a de produzir uma etnografia que descrevesse os conflitos entre os conhecimentos oriundos do Estado e o sistema de saúde ofertado às mulheres Kaiowá, dando ênfase ao trabalho das parteiras, que surgiu a partir de um compromisso e pacto, entre a população indígena e o sistema de saúde público.

Pereira (2020) destaca que cabe aos próprios povos indígenas abordarem seus modos de ser e de protagonizarem suas histórias. Ela ressalta que muitos jovens estão acessando o campo acadêmico, ocupando o lugar e tornando-se, em suas palavras, visíveis, e acrescenta: “[...] temos acadêmicos, mestres e doutores indígenas, falando dos lugares que vivem, do seu reko, e compartilham forças para lutar sobre a visibilidade” (Pereira, 2020, p. 20). A pesquisadora considera que as escritas dos não indígenas e outras leituras contribuem para a percepção da importância de entender o modo de vida indígena do ponto de vista histórico (Pereira, 2020).

O pesquisador Kaiowá Celuniel Aquino Valiente, teve como tema TCC no curso de Licenciatura em Ciências Sociais (UEMS), as : “Identificações e denominações de Guarani falantes da aldeia Amambai”. Durante o período de graduação, foi bolsista Pibid e estagiário do Programa Vale Universidade Indígena (PVUI). O seu ingresso no mestrado em Antropologia se deu no ano de 2017, sendo bolsista pela Capes. Em 2019, defendeu a dissertação “Modos de produção de coletivos Kaiowá na situação atual da reserva de Amambai–MS”, sob a orientação do antropólogo Levi Marques Pereira. Seu campo de pesquisa foi sua própria comunidade.

Segundo Valiente (2019, p. 18), o objetivo principal de sua pesquisa foi “[...] descrever e analisar os conhecimentos, práticas e modos de relação, acionados na produção e reprodução de coletivos Kaiowá”. Entre os objetivos específicos, ele destaca o seguinte desafio: “[...] Verificar em que medida é possível identificar distinções entre uma etnografia produzida pelos próprios

Kaiowá (uma espécie de ‘kaiowalogia’) e uma etnografia produzida por não indígena” (Valiente, 2019, p. 18).

Notam-se, em seu texto, questões importantes, como o olhar voltado para a realidade social a partir dos pressupostos das Ciências Sociais em diálogo com os conhecimentos coletivos e ancestrais. Essa abordagem sinaliza para a construção de uma epistemologia outra, especificamente uma epistemologia de fronteira (Mignolo, 2017), ao recorrer/criar o conceito de “kaiowalogia”, como referência a outra possibilidade de se fazer etnografia.

Valiente (2019, p. 29) questiona: “podemos designar todas as descrições produzidas por Kaiowá como antropologia kaiowá ou como uma kaiowalogia? Mas o que seria antropologia kaiowá?”. Para o pesquisador, não existiria uma antropologia Kaiowá “mais correta” do que a outra. Portanto, não há uma pretensa universal. Ele defende que os pesquisadores podem “[...] construir uma etnografia com o coletivo com quem se relaciona diariamente, e neste caso, a pesquisa não pode ser julgada como menos correta, como se faz na ciência ocidental e euro-americana moderna e capitalista” (Valiente, 2019, p. 30).

Em seu texto, surgem questões importantes, como o olhar voltado para a realidade social a partir dos pressupostos das Ciências Sociais em diálogo com os conhecimentos coletivos e ancestrais. Essa abordagem sinaliza para a construção de uma epistemologia outra, especificamente uma epistemologia de fronteira (Mignolo, 2017), ao recorrer/criar o conceito de “kaiowalogia”, como referência a outra possibilidade de se fazer etnografia.

O antropólogo indígena Baniwa (2023) entende que a entrada dos povos indígenas na antropologia e no mundo acadêmico, como um processo recente e irreversível, um direito de livre escolha e de decisão coletiva. O autor lembra que os povos indígenas, incessantemente, fizeram parte da antropologia, mas majoritariamente como objetos de estudo, informantes, tradutores, mateiros ou repositórios “[...] de informações de interesse dos antropólogos não indígenas” (Baniwa, 2023, p. 46).

Baniwa (2023) aponta, em suas análises sobre a entrada dos povos indígenas na antropologia, que esse processo não se limita à presença dessas pessoas no interior da disciplina, mas diz respeito às

[...] novas posturas e atitudes autônomas e proativas das comunidades, povos e organizações indígenas que não aceitam mais os modus operandi tradicionais da disciplina junto a eles ou em relação a eles, notadamente na relação político-metodológica de sujeito e objeto ou como meros e passivos guias e informantes, sem uma relação social, política e epistêmica minimamente respeitosa e politicamente confiável (Baniwa, 2023, p. 46).

Os povos originários, uma vez dentro – ou mesmo na periferia da antropologia –, produzem formas próprias de compreender, apropriar-se e praticar essa ciência. Isso porque descobriram que a sociedade do não, mesmo com todo o seu aparato, não é impenetrável, indomável nem imutável (Baniwa, 2023)

CONCLUSÃO

Neste texto, buscamos realizar apresentações iniciais sobre as trajetórias e as pesquisas dos(as) pesquisadores Kaiowá, a partir de suas dissertações de mestrado em antropologia. Entendemos que tais pesquisas representam importantes contribuições para o questionamento da colonialidade do saber (Walsh, 2012), que sustenta uma posição eurocêntrica como ordem exclusiva da razão, do conhecimento e do pensamento, descartando e deslegitimando a existência e a viabilidade de outras racionalidades epistêmicas.

A partir das trajetórias e pesquisas apresentadas, nos aproximamo-nos de uma antropologia outra, que contribui tanto para as Ciências Sociais quanto para uma perspectiva decolonial de pesquisa. São conhecimentos outros e fazeres outros, importantes para contrapor a racionalidade instrumental.

Para Walsh (2012), o problema estrutural-colonial-racial deve caminhar em direção à transformação das estruturas, instituições e relações sociais, de forma a viabilizar a construção de condições radicalmente distintas. Assim, partilhamos da ideia de que a interculturalidade crítica coloca-se como prática política que desenha um caminho que não se limita às esferas políticas, culturais e sociais, atravessando também o conhecimento do ser e da própria vida. Daí a importância de compreender as trajetórias dos pesquisadores aqui apresentados, cujas experiências e produções acadêmicas tensionam e transformam os modos tradicionais de produção de saber.

Apesar da existência de uma epistemologia territorial e imperial que busca inventar e estabelecer categorias e classificações de subordinações e inferiorizações a grupos não hegemônicos, como os povos indígenas (Mignolo, 2017). Os pesquisadores Kaiowá ao percebem que a ideia de inferioridade é uma ficção criada para dominá-los, buscam desprender-se. Como afirma Mignolo (2017, p. 19), “desprender-se significa não aceitar as opções que lhe brindam. Não pode evitá-las, mas ao mesmo tempo não quer obedecer. Habita a fronteira, sente na fronteira e pensa na fronteira no processo de desprender-se e resubjetivar-se[...]”.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. M. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, [s. l.], n. 36/37, ano 20, p. 83-88, 2007. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/AGUIAR-%20MARCIO.%20A%20construcao%20das%20hierarquias%20sociais%20classe-%20raca-%20genero%20e%20etnicidade.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025
- BACKES, J.L. Sujeitos não hegemônicos na Pós-Graduação no Brasil e em Portugal: indígenas, angolanos, moçambicanos e timorenses. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, e19359.041, p.1-18, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19359/209209216510>. Acesso em: 1 maio 2025.
- BANIWA, G. “Intelectuais indígenas abraçam a antropologia. Ela ainda será a mesma?” Um debate necessário. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 48, n. 1, p. 45-52, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/45-52/37313>. Acesso em: 6 maio 2025.
- BENITES, T. A educação dos jovens Guarani e Kaiowá e sua utilização das redes sociais na luta por direitos. **Desidades**, [s. l.], n. 2, ano 2, 2014. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/desi/v2/n2a02.pdf>. Acesso em: 8 maio 2025.
- BERGAMASCHI, M. A. Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação. **Tellus**, Campo Grande, n. 26, p. 11-29, 2014. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/297>. Acesso em: 6 maio 2025.
- BODART, C. N.; AZEVEDO, G. C.; TAVARES, C.S. Ensino de Sociologia: processo de reintrodução no Ensino Médio brasileiro e os cursos de Ciências Sociais/Sociologia (1984-2008). **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 27, p. 214-235, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8964>. Acesso em: 23 maio 2025.
- BRAND, A. “Quando chegou esses que são nossos contrários”- a ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul. **Multitemas**, [s. l.], n. 12, 2016. Disponível em: <https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/1235>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- BRASIL. **Amambai**. [S. l.]: Terras Indígenas no Brasil, 2025. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3576> . Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 922, de 22 de fevereiro de 2024**. Dispõe sobre o Regulamento, a estrutura curricular e o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Dourados: CEPEC, 2024. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-ANTROPOLOGIA/Estrutura%20Curricular/Regulamento,%20Estrutura%20curricular%20e%20Quadro%20docente%20PPGANT.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Faculdade de Ciências Humanas. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais Licenciatura e Bacharelado**. Dourados: UFGD, 2016.

CANDAU, V. M. Diferenças, Educação, Intercultural e decolonialidade : temas insurgentes **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 13, n. Especial, p. 678-686, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54949>. Acesso em: 12 maio 2025.

CARIAGA, D. E. É possível guaranizar a universidade? Reflexões iniciais sobre Antropologia e a presença dos estudantes indígenas na UEMS em Amambai (MS). **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 46, n. 1, p. 78-99, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/35976>. Acesso em: 6 maio 2025.

COLLINS, P. H; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025

CORDEIRO, M. J. de J. A. Cotas para negros e indígenas na UEMS: processo histórico e político da criação aos dias atuais. **Revista da ABPN**, [s. l.], v. 13, n. 38, p. 443-467, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1324/1243>. Acesso em: 1 maio 2024.

HALL, S. Race, culture, and communications: looking backward and forward at cultural studies. In: STOREY, John (ed.). **What is cultural studies? A reader**. London: Arnold, 1996. p. 336-343.

LOURENÇO, R. A Missão Evangélica Caiuá e a Educação escola para os indígenas da reserva de Dourados e a aldeia do Panambizinho – de 1928 a 1968. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 12, n. 21, p. 125-150, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/598/715>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Ciências Sociais. [**Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura**]. UEMS: Amambai, 2017. Disponível em: <https://www.uems.br/cursos/graduacao/ciencias-sociais-licenciatura-amambai>. Acesso em: 12 maio 2025.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MIGNOLO, W. **Historias locales/diseños globales – colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento froterizo**. Tradução de Juanmari Madariaga, Cristina Veja Solís.

Madrid: Akal, 2013.

NÚÑEZ, G. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **Revista ClimaCom**, [s. l.], ano 8, n. 21, 2021. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/wp-content/uploads/2021/12/GENI.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

NÚÑEZ, G. **Nhande ayvu é da cor da terra**: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/241036/PICH0255-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jun. 2025.

PEREIRA, L. **As políticas públicas para a saúde indígena e a política de saúde das mulheres kaiowá da reserva de Amambai, MS**: aproximações e impasses. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/4612/1/LuciaPereira.pdf>. Acesso em: 1 maio 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ciC3Aancias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SILVESTRE, C. M. F.; FERREIRA, M. S. Os Kaiowá e Guarani na UEMS de Amambai (MS): Uma perspectiva rizomática de des-escrever. In: OLIVEIRA, Esmael Alves de; MOURA, Noêmia; REIS, Claudio (orgs.). **A pesquisa em Ciências Sociais em Mato Grosso do Sul**: diálogos cruzados. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p.13-41.

SILVESTRE, C.M.F.; ROSSATO, V. L.; CRESPE, A. C. Esses que (não) são os outros: a presença kaiowá e guarani em Amambai, MS. **Revista Ñanduty**, [s. l.; s. n.], p. 65-84, 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/nanduty/article/view/16763/9268>. Acesso em: 10 jun. 2025.

VALIENTE, C. A. **Modos de produção de coletivos Kaiowá na situação atual da reserva Amambai, MS**. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1589/1/CelunielAquinoValiente.pdf>. Acesso em: 1 maio 2025.

WALSH, C. Interculturalidad y (de)colonidad: perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3412/1511>. Acesso em: 1 maio 2025.